

GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS
UNIDADE DE COMPRAS DIRETAS E LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019
PROCESSO DAAE Nº 7.345/2019

PADRÃO: REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PREPARO DE TERRENO E PLANTIO EM ÁREAS DE REFLORESTAMENTO, ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP) E AFINS DENTRO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, COM INSTALAÇÃO DE ESTACA TUTOR PARA CONDUÇÃO DA MUDA E EXECUÇÃO DA COROA; APLICAÇÃO DE ADUBO, CALCÁRIO, HIDROGEL E FORMICIDA; INSTALAÇÃO DE MOURÃO EM MADEIRA PARA CERCAMENTO E ARAME FARPADO, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, VEÍCULOS, FERRAMENTAS, MÁQUINAS, EPIs NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, CONFORME DESCRIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DO EDITAL.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, conforme o disposto no Decreto Municipal nº 8.257, de 15 de março de 2005 e Resolução Municipal nº 22, de 15 de julho de 1993, tendo como legislação subsidiária a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014, Medida Provisória nº 896 de 06 de Setembro de 2019.

FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL OS ANEXOS ABAIXO:

- Anexo I – Termo de Referência.
- Anexo II – Planilha de Custos.
- Anexo III – Cronograma.
- Anexo IV – Procedimento P-030
- Anexo V – Placa.
- Check List da Documentação de Credenciamento e Envelopes
- Minuta do Contrato.
- Modelo 01 – Declaração de inexistência de impedimento de licitar e contratar com administração.
- Modelo 02 – Procuração para credenciamento.
- Modelo 03 – Declaração que cumpre os requisitos de habilitação.
- Modelo 04 – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da CF.
- Modelo 05 – Declaração de inexistência de fato superveniente.
- Modelo 06 – Termo de Ciência e Notificação.
- Modelo 07 – Declaração de documentos à disposição do Tribunal.

DATA E HORÁRIO: No dia **10/12/2019**, às **14h00min**, dar-se-á início ao credenciamento. Em seguida deverá ser entregue a declaração de que o proponente cumpre os requisitos de habilitação e também os envelopes Proposta e Documentação para início da Sessão.

LOCAL: Departamento Autônomo de Água e Esgotos, situado na Rua Domingos Barbieri, 100, Fonte Luminosa, Araraquara-SP. O Edital poderá ser retirado na íntegra através do site: www.daaeararaquara.com.br – link: [Painel de Licitações](#).

É importante o acesso frequente à página do DAAE na Internet no endereço acima mencionado, porquanto, eventuais questionamentos sobre o Edital e devidos esclarecimentos, serão também ali divulgados, não sendo aceitas alegações de desconhecimento.

Araraquara, 14 de Novembro de 2019.

Donizete Simioni
Superintendente

PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019
PROCESSO DAAE Nº 7.345/2019
PADRÃO: REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ÍNDICE:

- 1. DO OBJETO**
- 2. DO TIPO DO PREGÃO**
- 3. DA PARTICIPAÇÃO**
- 4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**
- 5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "PROPOSTA"**
- 7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"**
- 8. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**
- 9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**
- 10. DA GARANTIA**
- 11. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
- 12. DA CONTRATAÇÃO**
- 13. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 14. DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO**
- 15. DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS**
- 16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**
- 17. DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**
- 18. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**
- 19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**
- 20. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
- 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 22. DA CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL**
- 23. DOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL**
- 24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

O **DAAE – Departamento Autônomo de Água e Esgotos**, Autarquia Municipal, com sede em Araraquara, localizada na Rua Domingos Barbieri, nº 100, inscrito no CNPJ/MF nº 44.239.770/0001-67 e Isenta de Inscrição Estadual, neste ato representado por seu Superintendente, o Sr. Donizete Simioni, torna público, que se encontra disponível em sua Gerência de Suprimentos – Unidade de Compras Diretas e Licitações, o **Pregão Presencial nº 095/2019**, nos termos do **Processo DAAE nº 7.345, de 24/10/2019**.

O PREGÃO será conduzido pelo PREGOEIRO, auxiliado pela EQUIPE DE APOIO, conforme designação da Portaria nº 4.864 de 01/02/2019.

GERÊNCIA REQUISITANTE: BIODIVERSIDADE

1. DO OBJETO:

1.1 – Registro de preços para execução dos serviços de preparo de terreno e plantio em áreas de reflorestamento, áreas de preservação permanente (APP) e afins dentro do município de Araraquara, com instalação de estaca tutor para condução da muda e execução da coroa; aplicação de adubo, calcário, hidrogel e formicida; instalação de mourão em madeira para cercamento e arame farpado, com fornecimento de mão de obra, veículos, ferramentas, máquinas, EPIs necessários à realização dos serviços, conforme descrições constantes no Termo de Referência e anexos do edital.

1.2 – O valor estimado para a presente contratação é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

2. DO TIPO DO PREGÃO:

2.1 – O PREGÃO PRESENCIAL será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

3. DA PARTICIPAÇÃO:

3.1 – Poderão participar deste Pregão, todos os interessados que atenderem às exigências deste Edital e Tenham objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado e cumpra todas **as exigências do Termo de Referência e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital e também:**

a) Para o caso de empresa em recuperação judicial: Ela deverá estar ciente de que, caso vencedora da licitação, no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador-judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial que fora homologado;

b) Para o caso de empresa em recuperação extrajudicial: Ela deverá estar ciente de que, caso vencedora da licitação, no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial; 3.1 – Somente poderão participar deste Pregão microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital.

3.2 – NÃO SERÁ ADMITIDA NESTA LICITAÇÃO PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS:

a) Que estejam punidas na forma do artigo 87, Incisos III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e artigo 7º, da Lei nº 10.520/02, conforme entendimento estabelecido na Súmula nº 51 do TCE/SP sobre o tema;

b) Que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição;

c) Estrangeiras que não funcionem no País;

d) Que não possuam ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1 – O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, desde que o defeito não possa ser sanado através de diligência imediata, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.2 – No local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, deverão ser apresentados, fora dos **Envelopes 1 e 2**, os seguintes documentos para credenciamento:

a) **Tratando-se de representante legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemblado) da empresa proponente:** cópia autenticada do estatuto ou contrato social, ou de outro instrumento de registro comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações decorrentes de tal investidura.

b) **Tratando-se de procurador:** o instrumento de procuração, público ou particular, com firma reconhecida, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar os atos pertinentes ao certame, **acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.** Fica facultada a adoção do "modelo 02", referente a **Procuração para Credenciamento** em anexo.

4.3 – O representante legal e/ou procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto.

4.4 – Será admitido apenas 01(um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

5. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DOS ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1 – A **declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação**, de acordo com o "modelo 03" em anexo, deverá ser apresentada fora dos **Envelopes 1 e 2**.

5.2 – A **declaração de microempresas e empresas de pequeno porte** que também deverá ser apresentada **fora dos respectivos envelopes**, conforme modelo 06, disponível em anexo.

5.3 – A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes opacos, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

**ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO Nº 095/2019 – DAAE – ARARAQUARA
PROCESSO Nº 7.345/2019
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREGÃO Nº 095/2019 – DAAE – ARARAQUARA
PROCESSO Nº 7.345/2019
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

6. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “PROPOSTA”

6.1 – A Proposta (Envelope 1) deverá ser única por proponente e ser apresentada em 01(uma) via, elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões, entrelinhas ou ressalvas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

6.2 – A proposta de preços deverá conter ainda:

a) Número do Processo DAAE **(7.345/2019)** e do Pregão Presencial **(095/2019)**;

b) Nome ou razão social do proponente, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato;

c) Apresentar o valor unitário e total para cada item, observando a Planilha de Custos – Anexo II e as especificações constantes no Termo de Referência anexo a este Edital.

d) Declaração da licitante de que, se vencedora, atenderá os procedimentos descritos no Anexo IV (P30-R00 RH – Contratação de Obras e Serviços) do presente Edital;

e) O prazo de execução do objeto desse certame deverá ser de 15 (quinze) dias contados da emissão da Ordem de Serviço expedida pela Gerência de Biodiversidade;

f) Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;

g) Constar dados relativos à conta-corrente: banco, agência e nº da conta, em nome da proponente.

6.3 – Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, devendo o valor unitário proposto corresponder à unidade solicitada.

6.4 – No caso de discordância entre preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros.

6.5 – Constar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.6 – Os preços ofertados pelos proponentes deverão computar a inclusão de todos os impostos, taxas e demais encargos inerentes a mão de obra.

6.7 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.8 – A apresentação de proposta vincula o licitante ao pleno cumprimento dela e implica na aceitação de todas as condições constantes deste Edital, do Termo de Referência e de seus Anexos.

6.9 – Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que por ventura deixar de explicitar em sua proposta.

7. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

8.1 – Para que seja considerado habilitado, o licitante deverá apresentar o **Envelope 2 – Habilitação**, contendo a seguinte documentação:

I – HABILITAÇÃO JURÍDICA, conforme o caso:

a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

a₁) Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor;

b) Os documentos relacionados no subitem “a” não precisarão constar do Envelope nº 2 – Habilitação se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal ou outra equivalente na forma da lei, mediante apresentação das seguintes certidões:

c₁) Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas ‘a’ a ‘d’, do parágrafo único do art. 11, da Lei nº. 8.212, de 24 de junho de 1991, na forma da Lei;

c₂) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças e/ou Fazenda;

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, mediante apresentação da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência e/ou em recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

IV – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA/OPERACIONAL

a) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, na entidade de classe competente, com validade na data de apresentação das propostas;

b) Para comprovação da capacidade **técnica operacional**, a licitante deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado(s), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto dessa licitação.

c) Para comprovação da capacidade técnica do profissional:

c₁) Profissional: Comprovação pela licitante de possuir no seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de Certificado(s) de Acervo(s) Técnico(s) – CAT, expedido(s) pela(s) entidade(s) profissional(is) competente(s), que demonstre a execução de serviços de características equivalentes ou semelhantes ao objeto da presente licitação.

d) Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro permanente:

– O empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da ficha ou livro de registro de empregado **ou** cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), sendo admissível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize pela execução dos serviços;

– O sócio, comprovando-se a participação societária através de cópia do Contrato Social.

V – OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Apresentar as declarações referentes aos modelos em anexo de **nºs 01, 04 e 05**, elaboradas em papel timbrado e subscritas por seu representante legal;

VI – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

7.2 – Para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato**. No entanto, deverão elas apresentar no envelope de habilitação, os documentos referentes **à regularidade fiscal**, mesmo que este apresente alguma restrição.

7.3 – Havendo **alguma restrição** na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.4 – A não regularização da documentação, no prazo acima assinalado, **implicará na decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções legais, **procedendo-se a convocação dos demais licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório**.

7.5 – Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País deverá apresentar, também, o decreto ou o ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.6 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.7 – Não serão aceitos documentos apresentados com a validade expirada.

7.8 – Os documentos que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 06 (seis) meses de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

7.9 – Os documentos de habilitação (envelope 2) poderão ser apresentados em original, cópias autenticadas por cartório competente, pelo Pregoeiro mediante apresentação dos originais, por

meio de publicação em órgão da imprensa oficial e, também aqueles expedidos via Internet, preferencialmente encadernados ou preparados em pasta, para que não existam documentos soltos.

7.10 – Não serão aceitos documentos em desacordo com o especificado no item acima, na ocasião da abertura do Envelope 2.

7.11 – Os documentos expedidos através da Internet, e inclusive, aqueles outros apresentados, terão sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro.

7.12 – O Pregoeiro não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos exigidos, inclusive quanto a sua forma, a proponente será inabilitada.

7.13 – Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.

8. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

8.1 – No dia, horário e local indicados no preâmbulo, dar-se-á início ao credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 15 (quinze) minutos.

8.2 – Após o credenciamento será declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais se admitindo novos proponentes. As licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o “modelo 03”, constante no anexo de declaração.

8.3 – A análise das propostas será efetuada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, com posterior rubrica do Pregoeiro e visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a) Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital e seus Anexos;

b) Que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

8.4 – No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros.

8.5 – Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

8.6 – As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) Seleção da proposta de menor preço, e as demais com índice de avaliação até 10% superiores àquela;

b) Não havendo pelo menos 03 (três) propostas com faixas de preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionados os autores das melhores propostas até o máximo de 03 (três), para oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos. No caso de empate, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

8.7 – Havendo um único proponente ou tão somente uma proposta válida, o Pregoeiro poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do Pregão, inclusive para melhor avaliação das regras editalícias, das limitações de mercado, envolvendo quaisquer outros aspectos pertinentes e o(s) próprio(s) preço(s) cotado(s), ou pela repetição do Pregão ou, ainda, dar prosseguimento ao

Pregão, condicionado, em todas as hipóteses, à inexistência de prejuízos ao órgão licitante.

8.8 – O Pregoeiro convidará, individualmente, os autores das propostas selecionadas, a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.9 – A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

8.10 – A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem do direito de formulação de lances.

8.11 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

8.12 – Encerrada a etapa de lances, serão classificadas, as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último índice ofertado.

8.13 – O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço.

8.14 – Na hipótese de não realização de lances verbais, o Pregoeiro verificará a conformidade entre o índice da proposta escrita e o valor estimado para a contratação, sendo facultado ao Pregoeiro negociar com a licitante que apresentou proposta de menor preço, para que seja obtido um preço que atenda as necessidades da Administração.

8.15 – Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

8.16 – A aceitabilidade acima referida será aferida pelo Pregoeiro a partir da análise e comparação com a pesquisa de mercado realizada na abertura do processo, bem como através de comparação com os preços praticados em licitações anteriores ou ainda através da consulta em sítios eletrônicos que divulgam tais preços, ficando vedada, em qualquer hipótese, a aceitação de proposta de valor acima do estimado.

8.17 – Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora.

8.18 – Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta de menor preço subsequente, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável para o objeto licitado e, atendendo o autor aos requisitos de habilitação será declarado vencedor.

8.19 – Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes, ressaltando-se que poderá constar a assinatura da Equipe de Apoio.

9. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1 – Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, no prazo subsequente ao do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos. **As razões de recursos, bem como as contrarrazões só serão recebidas se interpostas por documento original, dirigido à Superintendência, devidamente protocolado na Gerência de Administração do Daae – Araraquara, em sua**

Unidade de Patrimônio e Expediente e desde que obedecidos os respectivos prazos legais. (NÃO SERÁ ADMITIDA EM HIPÓTESE ALGUMA, APRESENTAÇÃO VIA E-MAIL).

9.2 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e o Pregoeiro adjudicará o objeto ao respectivo vencedor, encaminhando o processo à autoridade competente para a homologação.

9.3 – Apresentado recurso, este terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4 – Decididos os recursos, a Autoridade Competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

10. DA GARANTIA

10.1 – Para assinatura do Contrato, a empresa vencedora deverá comprovar a prestação de garantia no valor de R\$ _____(_____), que corresponde a 5% (cinco por cento) do valor contratado, que deverá ser apresentada na Gerência de Suprimentos do DAAE;

10.1.1 – A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida Pública;
- b) Seguro-garantia, na forma da legislação aplicável;
- c) Fiança bancária.

10.2 – Quando prestada em dinheiro, o depósito da respectiva caução deverá ser realizado na conta bancária de titularidade desta Autarquia, cujos dados serão informados pela Gerência de Suprimentos.

10.3 – No caso de fiança bancária ou seguro-garantia deverá **abranger os serviços contratados** e o prazo de validade do termo ou da apólice **deverá corresponder ao período de vigência do contrato.**

10.4 – A caução será liberada 60 (sessenta) dias após o término do contrato, mediante requerimento endereçado ao Superintendente da Autarquia **no prazo de até 15 (quinze) dias contados do término do primeiro, após o que o instrumento da apólice de Seguro-garantia ou de Fiança bancária será inutilizado.**

10.5 – A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada pela variação da UFM ocorrida entre a data do depósito e a data da restituição, ou por outro dispositivo legal, estabelecido pelo Governo Federal, caso essa venha a ser extinta.

10.6 – Qualquer alteração na execução do contrato, obrigatoriamente alterará as condições da garantia, devendo o referido instrumento ser apresentado **no ato da assinatura do termo aditivo.**

10.7 – Para liberação da caução, a fiscalização atestará que os serviços prestados atenderam plenamente ao solicitado, do contrário a Contratada dentro desse prazo, será obrigada a refazê-los caso sejam necessários, ficando para isso obrigada a obedecer aos prazos e multas de acordo com o já estipulado nesse edital.

10.8 – A não prestação da garantia na forma acima apresentada, equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a adjudicatária/contratada a pena de multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

11. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DO REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – Homologada a licitação, será formalizada Ata de Registro de Preços para a(s) empresa(es), documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o(s) licitante(s) primeiro(s) classificado(s) para o respectivo(s) itens e, se for o caso, com os demais classificados que aceitarem realizar os serviços pelo preço do primeiro, obedecida à ordem de classificação e os quantitativos propostos.

11.2 – Será(ão) convocado(s) formalmente no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, para assinatura da Ata de Registro de Preços, informando o local, data e hora.

11.3 – O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo interessado convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela autoridade competente do Daae.

11.4 – No caso do licitante primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, a Autoridade Competente do Daae, registrará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação(itens).

11.5 – O Daae convocará o(s) adjudicatário(s), sempre que necessário, para o recebimento da Nota de Empenho, durante a validade da Ata de Registro de Preços para a realização dos serviços que não poderá exceder a quantidade registrada.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1 – As licitantes incluídas na Ata de Registro de Preços estarão obrigadas a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no Ato Convocatório, nos respectivos Anexos e na própria Ata.

12.2 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

12.3 – A(s) licitante(s) declarada(s) vencedora(s) terá(m) o prazo de 05 (cinco) dias, após a notificação para assinatura do Contrato/Ata, após o que, não comparecendo será considerada desclassificada e punida com multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato/Ata, sendo convocadas a seguir as demais, na mesma ordem de classificação.

12.4 – Na ocasião da assinatura do contrato/Ata deverá a licitante apresentar, por escrito e em papel timbrado da empresa, o nome do preposto que irá representá-la na execução do contrato, junto à Administração contratante.

12.5 – O(s) Licitante(s) que mantiver(em) preços registrados fica(m) obrigado(s) a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no contrato de compromisso de realizar os serviços, o acréscimo de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade estimada para o pregão de registro de preço.

12.6 – A(s) Adjudicatária(s) deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação.

13 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

13.1 – A execução dos serviços deverá respeitar rigorosamente todas as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e da Proposta apresentada pela licitante vencedora.

13.2 – O prazo de execução do objeto desse certame deverá ser de 15 (quinze) dias contados da emissão da Ordem de Serviço expedida pela Gerência de Biodiversidade, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

13.3 – Constatada qualquer irregularidade na prestação dos serviços da presente licitação, a empresa vencedora será obrigada a adequar os serviços prestados, sob pena de sujeitar-se não apenas à aplicação das multas e demais penalidades previstas no Instrumento Convocatório, mas também às sanções constantes do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis à espécie.

13.4 – Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los dentro do prazo estipulado pela gerência requisitante, contados da notificação por escrito.

13.5 – O objeto desta licitação, só poderá ser efetuado pela licitante que efetivamente se habilitou para a participação do certame, não podendo transferir esta incumbência a outras empresas, mesmo que essas empresas façam parte do grupo societário. **Também não será admitida subcontratação.**

13.6 – **Procedimento de Fiscalização:** Os serviços serão fiscalizados por representantes da Gerência Requisitante e se houver alguma irregularidade a Contratada será primeiramente notificada, posteriormente advertida e finalmente, não sendo sanada a irregularidade, sofrerá as sanções legais previstas no Contrato e nas leis que o regulamentam. As exigências e a atuação da fiscalização pelo DAAE em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do Contrato.

14 – DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO

14.1 – O DAAE será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

14.2 – O gerenciamento das obrigações contratuais, objeto desta licitação, será efetuado pela Gerência de **Biodiversidade**, sob fiscalização direta do servidor por ela indicado, como representante da Administração do Daae, responsável por toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do cumprimento contratual. Apontada alguma irregularidade, a Gerência comunicará por escrito à Autoridade Superior para as devidas providências cabíveis para a satisfatória execução do Contrato.

14.3 – Poderão ser indicadas mais de uma empresa, ao mesmo tempo, para a execução desses serviço, no que couber.

14.4 – A convocação do(s) Adjudicatário(s), pelo Daae, será formalizada através de e-mail, podendo ser publicada na imprensa oficial da Autarquia e conterá ainda, o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar a respectiva autorização de realização dos serviços.

14.5 – O(s) Adjudicatário(s) convocado(s) na forma do subitem anterior que não comparecer(em), não retirar a autorização de realização dos serviços no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, **estará(ão) sujeito(s) às sanções previstas neste Edital.**

14.6 – Quando comprovada uma dessas hipóteses, o Daae, poderá indicar o próximo Fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

15. DO CONTROLE E DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

15.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no

artigo 65, da Lei nº 8.666/93.

15.2 – O(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser revisto(s) em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

15.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Daae convocará o(s) Adjudicatário(s) visando a negociação para redução de preços e sua adequação aos praticados pelo mercado.

15.4 – Frustrada a negociação, o(s) Adjudicatário(s) será(ão) liberado(s) do compromisso assumido.

15.5 – Na hipótese do subitem anterior, o Daae, convocará as demais Licitantes visando igual oportunidade de negociação.

15.6 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o(s) Adjudicatário(s), mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Daae poderá:

a) Liberá-lo(s) do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes da autorização de realização dos serviços;

b) Convocar as demais Licitantes visando igual oportunidade de negociação.

15.7 – Não havendo êxito nas negociações, revogar a Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – O Adjudicatário terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não retirar a respectiva autorização de realização dos serviços no prazo estabelecido pelo Daae, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público.

16.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Daae.

16.3 – O Adjudicatário(s) poderá(ão) solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

17. DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata, podendo ser aditado nos termos da Lei.

18. DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

18.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta dos créditos sob classificação funcional programática nº **03.24.01.1754100102.015** – categoria econômica nº **3.3.90.39.99.03** – do orçamento do DAAE para o exercício de 2019 e 2020.

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

19.1 – Os preços propostos são fixos e irrevogáveis, e deverão incluir todas as taxas e despesas adicionais.

19.2 – As Notas Fiscais/Fatura deverão ser protocoladas, mediante ofício dirigido à Superintendência. Tanto na Nota Fiscal/Fatura como no ofício deverão ser destacados o número do contrato, a modalidade licitatória e número da licitação.

19.3 – A Nota Fiscal Eletrônica referente aos Serviços, cujo valor em sua totalidade é de R\$ _____ (_____), deverá ser enviada através do e-mail: gbio@daae-araraquara.com.br.

19.4 – O pagamento será efetuado no 5º (quinto) dia útil após a liberação da Nota Fiscal/Fatura pelo ordenador da despesa, desde que os serviços executados sejam aprovados pela Gerência Requisitante.

19.5 – Por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, deverá a licitante vencedora, apresentar os seguintes documentos (mês referente):

- . Relação de funcionários;
- . Tabelas GFIP – SEFIP;
- . Guia de recolhimento do FGTS (GRF);
- . Comprovante de Pagamento – FGTS;
- . Guia da Previdência Social (GPS);
- . Comprovante de pagamento – Previdência;
- . Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- . Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

19.6 – Também vinculada à fatura, a licitante vencedora deverá destacar no corpo da Nota Fiscal as seguintes retenções: **ISSQN, INSS e IRPJ**, quando estas forem obrigatórias. Em caso negativo, a empresa deverá apresentar declaração formal de que é beneficiária de tais isenções.

19.7 – O pagamento da fatura dependerá da apresentação dos documentos acima mencionados.

19.8 – Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta-corrente devendo o(s) fornecedor(es) informar o número do banco, da agência e conta bancária.

19.9 – No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da contratante, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO:

20.1 – Até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

20.2 – A petição deverá ser dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 01 (um) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.

20.3 – Só serão acolhidas as impugnações interpostas por documento original, devidamente protocolado na Gerência de Administração do Daae, em sua Unidade de Patrimônio e Expediente e, desde que obedecidos os respectivos prazos legais. (NÃO SERÁ ADMITIDA APRESENTAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO VIA E-MAIL).

20.4 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

20.5 – Decairá do direito de impugnar os termos deste edital perante o Daae a licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data prevista para a abertura dos envelopes “Proposta” e “Documentação”, apontando as falhas ou irregularidades, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20.6 – A formulação da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

21.1 – O licitante que apresentar documentação falsa para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta ou lance, não celebrar o contrato ou instrumento equivalente, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no Edital, no Contrato e demais cominações legais.

21.2 – O licitante sujeitar-se-á, ainda, às sanções de: advertência, multa e declaração de inidoneidade, sendo que as sanções de suspensão descritas no item anterior e declaração de inidoneidade poderão ser cumuladas com multa, sem prejuízo da rescisão contratual.

21.3 – Pela recusa do(s) adjudicatário(s) em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, determinando o descumprimento total da obrigação, a multa será de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

21.4 – Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato/Ata, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida da obrigação.

21.5 – Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato/Ata, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato.

21.6 – Em caso de descumprimento das cláusulas contratuais/Ata, cuja sanção pecuniária não esteja prevista nos parágrafos anteriores, o valor desta poderá corresponder em até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

21.7 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do DAAE.

21.8 – Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

21.9 – Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, de acordo com o disposto no artigo 9º da Lei nº 10.520/02, combinado com o artigo 109, Inciso I, letra f, da Lei nº 8.666/93.

21.10 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do DAAE, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

22. DA CONSULTA, DIVULGAÇÃO E ENTREGA DO EDITAL:

22.1 – O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado na Rua Domingos Barbieri, 100, Fonte Luminosa, durante o expediente normal do Daae – Araraquara, em dias úteis, no horário das 09h00min às 16h45min.

22.2 – O aviso do Edital será publicado no Diário Oficial do Estado e Diário Oficial do DAAE (Jornal “O Imparcial”), podendo ainda ser extraído por meio do site www.daaeararaquara.com.br – link: [Painel de Licitações](#).

22.3 – O Edital será entregue a qualquer interessado durante o período que anteceder a data marcada para a sessão pública do Pregão.

22.4 – A providência a que se refere o subitem 22.3 também poderá ser levada a efeito através do e-mail (gsup@daae-araraquara.com.br) e do site mencionado no subitem 22.2.

23. DOS ESCLARECIMENTOS AO EDITAL:

23.1 – É facultado a qualquer interessado, a apresentação de pedido de esclarecimentos sobre o ato convocatório do Pregão e seus Anexos, podendo até mesmo envolver a solicitação de cópias da legislação disciplinadora do procedimento, cujo custo da reprodução gráfica poderá ser cobrado, devendo fazê-lo até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

23.2 – A pretensão referida no item 24.1, pode ser formalizada por meio de requerimento endereçado à autoridade subscritora do Edital, devidamente protocolado no endereço e horário constantes do item 23.1. Também será aceito pedido de esclarecimento encaminhado por meio do e-mail gsup@daae-araraquara.com.br ou fax-símile, através do nº (16) 3324-4571.

23.3 – Os esclarecimentos serão disponibilizados no “site” do DAAE: www.daaeararaquara.com.br – link: [Painel de Licitações](#).

23.4 – As correções e/ou alterações elaboradas pelo DAAE serão comunicadas, por escrito, a todos que tiverem retirado o Edital, através do e-mail cadastrado em nosso site e através de publicação na imprensa oficial (Diário Oficial do Estado, Jornal de Grande Circulação e Jornal “O Imparcial”). As correções e/ou alterações que afetem a formulação das propostas seguirão a regra de publicação prevista no artigo 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, e passarão a fazer parte integrante deste Edital.

23.5 – As dúvidas a serem equacionadas por telefone serão somente aquelas de caráter estritamente informal.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

24.1 – As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do futuro contrato.

24.2 – É facultado, ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

24.3 – Das sessões públicas de processamento da licitação serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelas licitantes presentes.

25.4 – Recusas ou impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

24.5 – Todos os documentos de habilitação, cujos documentos forem abertos na sessão, e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelas licitantes presentes.

24.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem prazos em dias de expediente no

DAAE.

24.7 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

24.8 – Fica assegurado ao DAAE, no interesse da Administração, o direito de anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente, sem que caiba direito a qualquer indenização.

24.9 – O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta/documentação, durante a realização da sessão pública de Pregão.

24.10 – As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o DAAE não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.11 – Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

24.12 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.13 – Os casos omissos serão solucionados com base na legislação federal vigente e nos princípios gerais de direito.

24.14 – As decisões e o resultado do presente certame serão divulgados no Jornal “O Imparcial”, onde são publicados os atos oficiais do DAAE, bem como extratos das decisões e do resultado serão também disponibilizados no “site” do DAAE: www.daaeararaquara.com.br – link: Portal de Licitações.

24.15 – Os envelopes contendo os documentos de habilitação das licitantes que não se sagrarem vencedores, ficarão à disposição para retirada na Gerência de Suprimentos – Unidade de Compras Diretas e Licitações, na Rua Domingos Barbieri, nº 100 – Fonte Luminosa, **no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da assinatura do contrato**, após o que serão inutilizados.

24.16 – A adjudicação do objeto deste Pregão não implicará em direito à contratação.

24.17 – Este Edital e seus Anexos, bem como as propostas das proponentes adjudicatárias, farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.

24.18 – O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Araraquara, com exclusão de qualquer outro.

Araraquara, 14 de Novembro de 2019.

Donizete Simioni
Superintendente

CHECK LIST DA DOCUMENTAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E ENVELOPES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019 PROCESSO DAAE Nº 7.345 DE 24/10/2019

1. CREDENCIAMENTO

- Cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social ou de outro Instrumento de Registro Comercial.
- Se for Procurador, cópia da Procuração com firma reconhecida (modelo 02).
- Declaração de Pleno atendimento aos requisitos de Habilitação (modelo 03).

2. ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA

- Etiqueta: Envelope nº 01 – Propostas
Pregão Presencial nº 095/2019
Processo DAAE nº 7.345/2019
Razão Social do Proponente
- Processo nº 7.345/2019 e do Pregão Presencial nº 095/2019
- Dados Cadastrais da Empresa
- Apresentar a proposta conforme – modelo Anexo II – Planilha de Custos
- Dados Bancários
- Validade da Proposta (não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias)

3. ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO

- Etiqueta: Envelope nº 02 – Habilitação
Pregão Presencial nº 095/2019
Processo DAAE nº 7.345/2019
Razão Social do Proponente
- Cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social ou de outro instrumento de registro comercial (caso já apresentado no Credenciamento é dispensada nova apresentação)
- Cartão CNPJ
- Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede da licitante.
- Certidão Negativa de Débitos da Fazenda Federal e Estadual
- Certidão de Regularidade do FGTS
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas
- Certidão Negativa de Falência e Concordata
- Certidão de Recuperação Judicial ou Extrajudicial
- Declaração de inexistência de impedimento de licitar e contratar com a Administração (modelo 01)



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP

Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595

CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0

www.daaeararaquara.com.br



- Declaração de Cumprimento do Disposto o inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal (modelo 04)
- Declaração de inexistência de fato superveniente (modelo 05)

OBSERVAÇÃO: CASO A LICITANTE ENCAMINHE OS ENVELOPES VIA CORREIO, OU POR QUALQUER OUTRO MEIO, DEVERÁ SER APRESENTADO TAMBÉM OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO FORA DOS ENVELOPES Nº 01 E Nº 02.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **Departamento Autônomo de Água e Esgoto**, com sede na Rua Domingos Barbieri, nº 100, Município de Araraquara/SP, devidamente inscrito no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 44.239.770.0001-67 e Isento de Inscrição Estadual, doravante simplesmente denominado CONTRATANTE, representado por seu Superintendente, Sr. Donizete Simioni, portador da cédula de identidade RG nº 14.139.306-3 e inscrito no CPF nº 026.399.848-70, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, em face da classificação das propostas do Registro de Preços homologado pelo Ordenador de Despesas, lavra-se a presente Ata e **REGISTRA O(S) PREÇO(S)**, do(s) serviço(s) da(s) seguinte(s) empresa(s):

A empresa _____, com sede na _____, no município de _____, CEP: _____, telefone (____) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ e com Inscrição Estadual nº _____, neste ato representado pelo seu Representante Legal, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no CPF nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Registro de preços para execução dos serviços de preparo de terreno e plantio em áreas de reflorestamento, áreas de preservação permanente (APP) e afins dentro do município de Araraquara, com instalação de estaca tutor para condução da muda e execução da coroa; aplicação de adubo, calcário, hidrogel e formicida; instalação de mourão em madeira para cercamento e arame farpado, com fornecimento de mão de obra, veículos, ferramentas, máquinas, EPIS necessários à realização dos serviços, conforme especificações, quantidades e valores abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CUSTO UNITÁRIO DA MÃO DE OBRA
1	EXECUÇÃO DE CERCA – Instalação de mourões de madeira com distância de 3 em 3 metros – Instalação de arame farpado galvanizado com 04 (quatro) fios e altura mínima de 1,80 metro; – Instalação de grampos para amarrar; – Instalação de esticadores reforçados com 2 (dois) esbirros de apoio a cada 50 (cinquenta) metros.	M	
2	PREPARAÇÃO DA ÁREA PARA PLANTIO – Gradear; – Abertura do sulco de plantio; – Aplicação de formicida.	M	
3	EXECUÇÃO DO PLANTIO – Acomodação da muda; – Instalação de tutor; – Coroamento; – Dosagem e aplicação de adubo, calcário e hidrogel conforme dosagem especificada pelo fabricante do produto ou orientação de profissional habilitado.	UNID	
TOTAL GERAL			

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, enquanto a proposta continuar se mostrando mais vantajosa.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o DAAE não estará obrigado a realizar os serviços referidos na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie pelos Adjudicatários, sendo, entretanto, assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de realização dos serviços em igualdade de condições. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) Adjudicatário(s) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga(m) a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

2.3 – A contratação decorrente desta Ata será formalizada por meio de Contrato/Nota de Empenho o qual deverá ser assinada no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da convocação pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 – O preço ofertado pela Licitante signatária da presente Ata de Registro de Preços, são os constantes na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial nº 095/2019 – Processo DAAE nº 7.345/2019**.

3.2 – Em cada realização dos serviços desta Ata, serão observadas, quanto ao preço e prazo, as cláusulas e condições constantes do Edital que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso.

3.3 – Em cada serviço, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada no **Registro de Preços do Pregão Presencial nº 095/2019 – Processo DAAE nº 7.345/2019**, pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

3.4 – Os preços, expressos em Real (R\$), serão fixos e irreajustáveis, contados a partir da assinatura desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

4.1 – Realizar os serviços solicitados pelo Daae, de acordo com os padrões estabelecidos e o especificado no Anexo deste Edital, que faz parte integrante deste Instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida.

4.2 – Prestar os serviços na forma descrita no Anexo, no Edital e na forma constante de sua proposta, não sendo aceito o serviço que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

4.3 – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Daae cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ata de registro de preços.

4.4 – Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Daae, no tocante à realização dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Edital.

4.5 – Prover todos os meios necessários à garantia da plena realização dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

4.6 – Possibilitar ao Daae efetuar vistoria nas instalações do(s) Fornecedor(es), a fim de verificar as condições para o atendimento do objeto registrado, quando solicitada.

4.7 – Comunicar imediatamente ao Daae qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária

e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência.

4.8 – Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas reguladoras e pertinentes.

4.9 – Fiscalizar o perfeito cumprimento da realização de serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes.

4.10 – Indenizar terceiros e/ou o Daae mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes.

4.11 – Arcar com as despesas para os serviços nos locais indicados.

4.12 – Manter, durante toda vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste.

4.13 – Solicitar ao Daae, em tempo hábil, quaisquer informações ou esclarecimentos que julgar necessários, que possam vir a comprometer a execução do objeto contratual.

4.14 – A realização dos serviços só poderá ser efetuada pela Contratada, não podendo transferir esta incumbência a outras empresas, mesmo que essas empresas façam parte do grupo societário. Também não será permitida a subcontratação na execução dos serviços objeto dessa Ata.

4.15 – No ato de assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa adjudicatária deverá comprovar a prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total registrado em Ata, que deverá ser apresentada na Gerência de Suprimentos do DAAE;

4.15.1 – A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida Pública;
- b) Seguro-garantia, na forma da legislação aplicável;
- c) Fiança bancária.

4.16 – Quando prestada em dinheiro, o depósito da respectiva caução deverá ser realizado na conta bancária de titularidade desta Autarquia, cujos dados serão informados pela Gerência de Suprimentos.

4.17 – No caso de fiança bancária ou seguro-garantia deverá **abranger os serviços contratados** e o prazo de validade do termo ou da apólice **deverá corresponder ao período de vigência da Ata.**

4.18 – A caução será liberada 60 (sessenta) dias após o término de vigência da Ata, mediante requerimento endereçado ao Superintendente da Autarquia **no prazo de até 15 (quinze) dias contados do término do primeiro, após o que o instrumento da apólice de Seguro-garantia ou de Fiança bancária será inutilizado.**

4.19 – A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada pela variação da UFM ocorrida entre a data do depósito e a data da restituição, ou por outro dispositivo legal, estabelecido pelo Governo Federal, caso essa venha a ser extinta.

4.20 – Qualquer alteração na Ata, obrigatoriamente alterará as condições da garantia, devendo o referido instrumento ser apresentado **no ato da assinatura do termo aditivo.**

4.21 – Para liberação da caução, a fiscalização atestará que os serviços prestados atenderam plenamente ao solicitado, do contrário a Adjudicatária dentro desse prazo, será obrigada a refazê-los caso sejam necessários, ficando para isso obrigada a obedecer aos prazos e multas de acordo com o já estipulado nesse edital.

4.22 – A não prestação da garantia na forma acima apresentada, equivale à recusa injustificada para a formalização do contrato/Ata, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a adjudicatária/contratada a pena de multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

5.1 – Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de realização de serviços.

5.2 – Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo(s) fornecedor(es).

5.3 – Fiscalizar a qualidade dos serviços realizados.

5.4 – Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

5.5 – Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos serviços realizados, para imediato restabelecimento.

5.6 – Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial da Autarquia ("Jornal O Imparcial").

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

6.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

6.2 – Os preços registrados poderão ser revistos em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

6.3 – Quando os preços inicialmente registrados, por motivo superveniente, tornar-se superiores aos preços praticados no mercado, o DAAE convocará a empresa visando a negociação para redução de preços e sua adequação aos praticados pelo mercado.

6.4 – Frustrada a negociação, o Adjudicatário será liberado do compromisso assumido.

6.5 – Na hipótese do subitem anterior, o DAAE convocará os demais Participantes visando igual oportunidade de negociação.

6.6 – Quando os preços de mercado tornarem-se superiores aos preços registrados e o Adjudicatário, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o DAAE poderá:

- a) Liberar o Adjudicatário do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes da realização dos serviços e;
- b) Convocar os demais Participantes visando igual oportunidade de negociação.

6.7 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

7.1 – As quantidades inicialmente registradas poderão ser acrescidas em até 25% (vinte e cinco por cento), conforme previsto no § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

7.2 – Na hipótese prevista no item anterior, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites dos quantitativos registrados na Ata. A supressão de quantitativos registrados na Ata poderá ser total ou parcial, a critério da Administração, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 – Pela recusa do adjudicatário em assinar Ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, determinando o descumprimento total da obrigação, a multa será de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

8.2 – Pela inexecução total ou parcial do objeto da Ata, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida da obrigação.

8.3 – Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do objeto da Ata, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato.

8.4 – Em caso de descumprimento das cláusulas constantes da Ata, cuja sanção pecuniária não esteja prevista nos parágrafos anteriores, o valor desta poderá corresponder em até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

8.5 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do DAAE.

8.6 – Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

8.7 – Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, de acordo com o disposto no artigo 9º da Lei nº 10.520/02, combinado com o artigo 109, Inciso I, letra f, da Lei nº 8.666/93.

8.8 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do DAAE, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1 – O(s) Adjudicatário(s) terá(ão) seu(s) registro(s) cancelado(s) quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Deixar de realizar os serviços no prazo estabelecido pelo DAAE, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e;
- d) Tiver presentes razões de interesse público.

9.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do DAAE.

9.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES DE GERENCIAMENTO

10.1 – O DAAE será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.

10.2 – O gerenciamento das obrigações contratuais, objeto desta licitação, será efetuado pela Gerência de Biodiversidade, como representante da Administração do DAAE, responsável por toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do cumprimento contratual. Apontada alguma irregularidade, a Gerência comunicará por escrito à Autoridade Superior para as devidas providências cabíveis para a satisfatória execução do Contrato.

10.3 – Poderão ser indicadas mais de uma empresa, ao mesmo tempo, para a execução desses serviços, no que couber.

10.4 – A convocação do Adjudicatário, pelo DAAE, será formalizada através de e-mail, ou publicada na imprensa oficial da Autarquia e conterà ainda, o endereço e o prazo máximo em que deverão comparecer para retirar a respectiva autorização de realização dos serviços.

10.5 – O Adjudicatário convocado na forma do subitem anterior que não comparecer, não retirar a autorização de realização dos serviços no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 – Integram esta Ata o Edital do **Pregão Presencial nº 095/2019**, seus anexos e a proposta da empresa classificada em 1º lugar nos respectivos itens no certame supracitado.

11.2 – O prazo para assinatura desta Ata será de até 05 (cinco) dias corridos da data da comunicação ao fornecedor.

11.3 – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes na legislação federal vigente e nos princípios gerais de direito.

11.4 – Ata Resumida de Registro de Preços será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo condição indispensável para sua eficácia.

E, POR ESTAREM ASSIM, JUSTAS E CONTRATADAS, FIRMAM O PRESENTE INSTRUMENTO EM 03 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, AOS ____ DE ____ DE 2019.

Donizete Simioni
Superintendente do DAAE
CONTRATANTE

Sr. _____
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas: 1.)

2.)

MINUTA TERMO DE CONTRATO Nº

São partes interessadas na celebração do presente Contrato:

I – O Daae – Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Araraquara, autarquia municipal com sede nesta cidade, na Rua Domingos Barbieri nº 100, inscrita no CNPJ sob nº 44.239.770/0001-67 e Isento de Inscrição Estadual, neste ato representado pelo seu Superintendente, o Sr. Donizete Simioni, portador da cédula de identidade RG nº 14.139.306-3 e inscrito no CPF nº 026.399.848-70, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

II – A empresa, _____, com sede à _____, _____, no Município de _____ - _____, CEP _____, telefone (____) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ e com Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e inscrito no CPF sob nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

Este Contrato é celebrado nos termos do **Pregão Presencial nº 095/2019 – Processo DAAE nº 7.345 de 24/10/2019**, respeitados os itens e condições constantes do Edital, seus Anexos e da Proposta apresentada pela CONTRATADA em **xx/xx/2019** e observados os parâmetros traçados pela Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, com as alterações baixadas pela Lei Federal nº 8.883/1994 e a Resolução Municipal nº 22/1993, ficando igualmente as partes sujeitas às cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Registro de preços para execução dos serviços de preparo de terreno e plantio em áreas de reflorestamento, áreas de preservação permanente (APP) e afins dentro do município de Araraquara, com instalação de estaca tutor para condução da muda e execução da coroa; aplicação de adubo, calcário, hidrogel e formicida; instalação de mourão em madeira para cercamento e arame farpado, com fornecimento de mão de obra, veículos, ferramentas, máquinas, EPIs necessários à realização dos serviços, conforme especificações, quantidades e valores abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	CUSTO UNITÁRIO DA MÃO DE OBRA
1	EXECUÇÃO DE CERCA – Instalação de mourões de madeira com distância de 3 em 3 metros – Instalação de arame farpado galvanizado com 04 (quatro) fios e altura mínima de 1,80 metro; – Instalação de grampos para amarrar; – Instalação de esticadores reforçados com 2 (dois) esbirros de apoio a cada 50 (cinquenta) metros.	M	
2	PREPARAÇÃO DA ÁREA PARA PLANTIO – Gradear; – Abertura do sulco de plantio; – Aplicação de formicida.	M	
3	EXECUÇÃO DO PLANTIO – Acomodação da muda; – Instalação de tutor;	UNID	

	<ul style="list-style-type: none">- Coroamento;- Dosagem e aplicação de adubo, calcário e hidrogel conforme dosagem especificada pelo fabricante do produto ou orientação de profissional habilitado.		
TOTAL GERAL			

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

2.1 – O prazo de execução dos serviços, que será de 15 (dias) contados da emissão da Ordem de Serviço pela Gerência de Biodiversidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 – A realização dos serviços deverá respeitar rigorosamente todas as disposições constantes do Edital, do Termo de Referência e da Proposta apresentada pela Contratada, que passam a fazer parte integrante deste Contrato.

3.2 – O prazo de execução do objeto desse certame deverá ser de 12 (doze) meses contados da assinatura do termo de contrato.

3.3 – Constatada qualquer irregularidade na prestação dos serviços do presente contrato, a Contratada será obrigada a adequar os serviços prestados, sob pena de sujeitar-se não apenas à aplicação das multas e demais penalidades previstas no Instrumento Convocatório, mas também às sanções constantes do Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis à espécie.

3.4 – Havendo rejeição dos serviços, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los dentro do prazo estipulado pela gerência requisitante, contados da notificação por escrito.

3.5 – A realização dos serviços só poderá ser efetuada pela Contratada, não podendo transferir esta incumbência a outras empresas, mesmo que essas empresas façam parte do grupo societário.

3.6 – Procedimento de Fiscalização: Os serviços serão fiscalizados por representantes da Gerência Requisitante e se houver alguma irregularidade a Contratada será primeiramente notificada, posteriormente advertida e finalmente, não sendo sanada a irregularidade, sofrerá as sanções legais previstas no Contrato e nas leis que o regulamentam. As exigências e a atuação da fiscalização pelo Daae em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

4.1 – O valor do presente contrato importa em R\$ _____ (_____).

4.2 – Os preços propostos deverão ser fixos e irrevogáveis, devendo incluir taxas ou despesas adicionais com funcionários, BDI, etc, bem como aqueles previstos no item 7, do Anexo I – Termo de Referência

4.3 – As Notas Fiscais/Fatura deverão ser protocoladas, mediante ofício dirigido à Superintendência. Tanto na Nota Fiscal/Fatura como no ofício deverão ser destacados o

número do contrato, a modalidade licitatória e número da licitação.

4.4 – A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser enviada para o e-mail: **gbio@daae-araraquara.com.br**.

4.5 – O profissional responsável da Contratada deverá elaborar o caderno ou relatório diários de serviços, bem como assinar e estar sempre ciente do mesmo. Deverá também providenciar a documentação fotográfica e o relatório em arquivo digital, mostrando a execução dos serviços em cada etapa da obra. Essas documentações deverão ser apresentadas juntamente da medição.

4.6 – O pagamento será efetuado no 5º (quinto) dia útil após a liberação da Nota Fiscal/Fatura pelo ordenador da despesa, desde que os serviços executados sejam aprovados pela Gerência Requisitante.

4.7 – Por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, deverá a empresa vencedora, apresentar os seguintes documentos (mês referente):

- . Relação de funcionários;
- . Tabelas GFIP – SEFIP;
- . Guia de recolhimento do FGTS (GRF);
- . Comprovante de Pagamento – FGTS;
- . Guia da Previdência Social (GPS);
- . Comprovante de pagamento – Previdência;
- . Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- . Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

4.8 – O pagamento da fatura dependerá da apresentação dos documentos acima mencionados.

4.9 – Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta-corrente devendo a Contratada informar o número do banco, da agência e conta bancária.

4.10 – No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da contratante, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.

CLÁUSULA QUINTA – DAS GARANTIAS

5.1 – Para assinatura do Contrato, a Contratada deverá comprovar a prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado, que deverá ser apresentada na Gerência de Suprimentos do DAAE;

5.1.1 – A garantia poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida Pública;
- b) Seguro-garantia, na forma da legislação aplicável;
- c) Fiança bancária.

5.2 – Quando prestada em dinheiro, o depósito da respectiva caução deverá ser realizado na conta bancária de titularidade desta Autarquia, cujos dados serão informados pela Gerência de Suprimentos.

5.3 – No caso de fiança bancária ou seguro-garantia deverá **abranger os serviços contratados** e o prazo de validade do termo ou da apólice **deverá corresponder ao período de vigência do contrato**.

5.4 – A caução será liberada 60 (sessenta) dias após o término do contrato, mediante requerimento endereçado ao Superintendente da Autarquia **no prazo de até 15 (quinze) dias contados do término do primeiro, após o que o instrumento da apólice de Seguro-garantia ou de Fiança bancária será inutilizado**.

5.5 – A garantia, quando prestada em dinheiro, será atualizada pela variação da UFM ocorrida entre a data do depósito e a data da restituição, ou por outro dispositivo legal, estabelecido pelo Governo Federal, caso essa venha a ser extinta.

5.6 – Qualquer alteração na execução do contrato, obrigatoriamente alterará as condições da garantia, devendo o referido instrumento ser apresentado **no ato da assinatura do termo aditivo**.

5.7 – Para liberação da caução, a fiscalização atestará que os serviços prestados atenderam plenamente ao solicitado, do contrário a Contratada dentro desse prazo, será obrigada a refazê-los caso sejam necessários, ficando para isso obrigada a obedecer aos prazos e multas de acordo com o já estipulado nesse edital.

5.8 – A não prestação da garantia na forma acima apresentada, equivale à recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a adjudicatária/contratada a pena de multa de 10% (dez por cento) do valor da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 – O gerenciamento das obrigações contratuais, objeto deste contrato, será efetuado pela Gerência de **Biodiversidade**, como representante da Administração do Daae, responsável por toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do cumprimento contratual. Apontada alguma irregularidade, a Gerência comunicará por escrito à Autoridade Superior para as devidas providências cabíveis para a satisfatória execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA

7.1 – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos créditos sob classificação funcional programática nº **03.24.01.1754100102.015** – categoria econômica nº **3.3.90.39.99.03** – do orçamento do DAAE para o exercício de 2019 e 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES, PENALIDADES E MULTAS

8.1 – A realização dos serviços contratados na forma legal obedecerá às cláusulas deste Contrato, do Edital e seus Anexos e da Proposta vencedora, sendo vedado à CONTRATADA fazer qualquer modificação sem o expresse consentimento do CONTRATANTE.

8.2 – Por conta exclusiva da CONTRATADA correrão todos os ônus, tributos, encargos, contribuições ou quaisquer outras responsabilidades, sejam de caráter trabalhista, previdenciário, comercial e social, cabendo a ela saldá-las diretamente junto a quem de direito, salvo a sua eventual retenção ou desconto pelo CONTRATANTE por disposição legal – contratual.

8.3 – A CONTRATADA deverá ressarcir todos os danos causados ao CONTRATANTE, ao Município, às pessoas e bens de terceiros, por motivo de dolo, negligência, imprudência ou imperícia e/ou por qualquer omissão de seu pessoal ou prepostos.

8.4 – A CONTRATADA não poderá transferir a terceiros as obrigações e incumbências do Contrato.

8.5 – Fica a CONTRATADA obrigada a manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.6 – Pela recusa do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, determinando o descumprimento total da obrigação, a multa será de 10% (dez por cento) do valor da obrigação.

8.7 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratada sujeitar-se-á, ainda, às sanções de: advertência, suspensão de licitar e contratar com a Administração, declaração de inidoneidade, bem como multa de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida da obrigação.

8.8 – Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato.

8.9 – Em caso de descumprimento das cláusulas contratuais, cuja sanção pecuniária não esteja prevista nos parágrafos anteriores, o valor desta poderá corresponder em até 10% (dez por cento) do valor do contrato.

8.10 – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da(s) fatura(s), cobrada judicialmente ou extrajudicialmente, a critério do DAAE.

8.11 – Da intenção de aplicação de quaisquer das penalidades previstas, será concedido prazo para defesa prévia de 05 (cinco) dias úteis a contar da notificação.

8.12 – Da aplicação da sanção caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, de acordo com o disposto no artigo 9º da Lei nº 10.520/02, combinado com o artigo 109, Inciso I, letra f, da Lei nº 8.666/93.

8.13 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal, no Cadastro de Fornecedores do DAAE, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante terá seu cadastro cancelado por igual período.

CLÁUSULA NONA – DOS CASOS DE RESCISÃO

9.1 – Nos casos de rescisão, será observado o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, com as alterações baixadas pela Lei Federal nº 8.883/94 e demais disposições legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – O Foro da Comarca de Araraquara será o competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento deste Contrato.

DISPOSIÇÕES FINAIS

E por assim estarem justas, acordadas e contratadas, na melhor forma de direito, declaram ambas as partes aceitarem todas as disposições constantes das cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, ____ DE _____ DE 2019.

Donizete Simioni
Superintendente
CONTRATANTE

Sr. _____
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunhas: 1.)

2.)

MODELO 01

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019
PROCESSO DAAE Nº 7.345/2019**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR
COM A ADMINISTRAÇÃO**

A empresa _____, sediada na _____(endereço completo, cidade, estado), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob nº _____, por seu representante legal, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data

Assinatura do representante legal

MODELO 02

PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019 PROCESSO DAAE Nº 7.345/2019

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, a empresa (*razão social*) com sede na (*endereço completo*), inscrita no CNPJ sob nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, representada neste ato por seu(s) (qualificação (ões) do(s) outorgante(s), Sr (a). _____, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, nomeia(m) e constitui (em) seu bastante Procurador o (a) Sr (a) _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e CPF nº _____, a quem confere(m) amplos poderes para representar a _____ (razão social da empresa) perante o Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara, no que se referir ao **PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019**, com poderes para tomar quaisquer decisões durante todas as fases do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (1) E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (2) em nome da Outorgante, formular verbalmente ofertas, na etapa de lances, negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo, ao final da sessão, ou manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpô-lo, assinar a ata da sessão, os contratos e todos termos pertinentes, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

Local e data

Assinatura do(s) outorgante(s), com poderes para este fim, conforme Contrato Social da empresa, que deverá acompanhar a procuração.

A procuração deverá vir acompanhada da documentação necessária para a comprovação da validade da mesma e ter firma reconhecida.

MODELO 03

PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019 PROCESSO DAAE Nº 7.345/2019

DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Local e data

Ao Departamento Autônomo de Água e Esgotos

REF. PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019

Sr. Pregoeiro,

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do artigo 4º, Inciso VII, da Lei n.º 10.520/2002, a empresa _____ (indicação da razão social), cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o **PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019**, cujo objeto é o Registro de preços para execução dos serviços de preparo de terreno e plantio em áreas de reflorestamento, áreas de preservação permanente (APP) e afins dentro do município de Araraquara, com instalação de estaca tutor para condução da muda e execução da coroa; aplicação de adubo, calcário, hidrogel e formicida; instalação de mourão em madeira para cercamento e arame farpado, com fornecimento de mão de obra, veículos, ferramentas, máquinas, EPIs necessários à realização dos serviços, conforme especificações

Assinatura do representante legal

MODELO 04

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019
PROCESSO DAAE Nº 7.345/2019**

**DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019

A empresa _____, inscrito no CNPJ nº _____. Por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16(dezesseis) anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz.

Data

Assinatura do representante legal

Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima

MODELO 05

PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019 PROCESSO DAAE Nº 7.345/2019

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

A empresa _____, sediada na _____ (endereço completo, cidade, estado), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), sob nº _____, por seu representante legal, DECLARA, sob as penalidades da Lei, a INEXISTÊNCIA de fatos supervenientes à data de expedição do Cadastro apresentado, que impossibilitem sua habilitação no **Pregão Presencial nº 095/2019**, uma vez que continuam satisfeitas as exigências previstas no artigo 27 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Data

Assinatura do representante legal

MODELO 06

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019
PROCESSO DAAE Nº 7.345/2019**

DECLARAÇÃO DAS EMPRESAS ME, EPP E EQUIPARADAS

Declaração de atendimento às exigências de habilitação específica para Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas.

Objeto: Registro de preços para execução dos serviços de preparo de terreno e plantio em áreas de reflorestamento, áreas de preservação permanente (APP) e afins dentro do município de Araraquara, com instalação de estaca tutor para condução da muda e execução da coroa; aplicação de adubo, calcário, hidrogel e formicida; instalação de mourão em madeira para cercamento e arame farpado, com fornecimento de mão de obra, veículos, ferramentas, máquinas, EPIs necessários à realização dos serviços, conforme especificações constantes nos anexos do edital.

A empresa _____ (nome da licitante), qualificada como (microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada) por seu representante legal _____ (documento anexo), inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede à _____ (endereço completo), DECLARA para os devidos fins de direito que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do Edital em epígrafe, exceto no que diz respeito aos requisitos de regularidade fiscal, que serão comprovados no momento oportuno, nos termos autorizados pelos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014. Declara, ainda, que pretende exercer o direito de preferência no critério de desempate, quando do julgamento das propostas de preços.

Sendo expressão da verdade, subscrevo-me.

Local e Data

Assinatura do representante legal

MODELO 07

(ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ PREENCHIDO NA OCASIÃO DA ASSINATURA DO CONTRATO)

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019
PROCESSO DAAE Nº 7.345/2019**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
CONTRATOS**

CONTRATANTE: _____
CONTRATADA: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____
ADVOGADO(S) / Nº OAB: _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019
PROCESSO DAAE Nº 7.345/2019

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____



Departamento Autônomo de Água e Esgotos
Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP
Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595
CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0
www.daaeararaquara.com.br



PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019
PROCESSO DAAE Nº 7.345/2019

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

NOME	
CARGO	
RG.	
CPF.	
DATA DE NASCIMENTO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO	
E-MAIL INSTITUCIONAL	
E-MAIL PESSOAL	

ASSINATURA: _____

Pela CONTRATADA:

NOME	
CARGO	
RG.	
CPF.	
DATA DE NASCIMENTO	
ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO	
E-MAIL INSTITUCIONAL	
E-MAIL PESSOAL	

ASSINATURA: _____



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP

Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595

CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0

www.daaearaquara.com.br



Responsável pelo atendimento às requisições de documentos do TCE/SP:

Nome	Wellington José Rocha dos Santos
Cargo	Gerente da Controladoria
Endereço Comercial do Órgão/Setor	Rua Domingos Barbieri, 100
Telefone e Fax	16 3324-9581
E-mail	controladoria@daae-araraquara.com.br



Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Rua Domingos Barbieri, 100 – Caixa Postal, 380 – CEP 14802-510 – Araraquara-SP

Fone: (16) 3324-9555 – Fax: (16) 3324-4571 – Atendimento: 0800 770-1595

CNPJ 44.239.770/0001-67 – Inscrição Estadual: ISENT0

www.daaeararaquara.com.br



MODELO 08

(ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ PREENCHIDO NA OCASIÃO DA ASSINATURA DO CONTRATO)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019

PROCESSO DAAE Nº 7.345/2019

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATANTE:

CNPJ Nº:

CONTRATADA:

CNPJ Nº:

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):

DATA DA ASSINATURA:

VIGÊNCIA:

OBJETO:

VALOR (R\$):

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

LOCAL e DATA: ARARAQUARA,

RESPONSÁVEL:

CARGO:

E-MAIL:

ASSINATURA:_____